



Prefeitura Municipal de Campinas

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 008/2011

3CP – COORDENADOR PEDAGÓGICO

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

– O candidato receberá do fiscal:

Um Caderno de Questões contendo **50 (cinquenta) questões** objetivas de múltipla escolha.

Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.

– Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.

– A totalidade das Provas terá a duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.

– O candidato poderá se retirar da sala de prova após transcorridas **2 (duas) horas** do efetivo início da prova, entregando o Caderno de Questões e a Folha de Respostas ao fiscal, a qual será o único documento válido para a correção.

– O Caderno de Questões será disponibilizado para consulta no site da Cetro Concursos, juntamente com a divulgação do gabarito, a partir do dia **28 de fevereiro de 2012**.

– Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.

– Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato estiver portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.

– Após o término da prova, ao sair da sala de prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de realização das provas, não podendo permanecer nas suas dependências, bem como não poderá utilizar os sanitários.

ATENÇÃO

– Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.

– A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.

– Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.

– O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



– Todas as questões deverão ser respondidas.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



CONCURSOS PÚBLICOS

02/2012

Espaço reservado para anotação das respostas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS – CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 008/2011

3CP – COORDENADOR PEDAGÓGICO



Nome: _____ Inscrição: _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

O Caderno de Questões será disponibilizado no site da Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br) a partir do dia 28 de fevereiro de 2012.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Um professor, pela primeira vez, assumiu a coordenação pedagógica de uma escola que além de Ensino Fundamental também possui turmas de EJA. Como não tem experiência com essa modalidade de ensino e o coordenador sempre deve preocupar-se com sua formação, pois uma de suas atribuições é ser formador de professores, resolveu pesquisar um pouco mais sobre o assunto a fim de orientar os professores e descobriu que
 - (A) no início da oferta dessa modalidade de ensino, a Educação de Jovens e Adultos era intitulada “Supletivo” e tinha por objetivo atender a um perfil diferente de alunos de outras modalidades.
 - (B) no início, os professores eram voluntários ou docentes que usavam os mesmos procedimentos que os adotados no Ensino Fundamental e Médio, por entenderem que essa modalidade era como uma extensão dos outros níveis.
 - (C) no início, essa modalidade já via que os jovens e adultos não tinham finalizado os estudos na época adequada e que tinham perfis diferenciados daqueles apresentados por crianças e adolescentes, principalmente, por já estarem inseridos no mercado de trabalho e terem muitas vivências ao longo da vida.
 - (D) no início, já que era pensado que além da oferta de vagas, era necessário um ensino de qualidade também para essa modalidade de ensino.

2. Sueli é mãe de Ana Paula e foi solicitada a comparecer à escola para reunião com a coordenadora e com a professora para tratar de assuntos pedagógicos. A professora mencionou que faz muitas intervenções individuais junto à aluna e que Ana Paula tem dificuldades em compreender os conteúdos, porém é muito dedicada e sempre procura sanar suas dúvidas. A coordenadora explicitou a importância do acompanhamento familiar quanto às tarefas enviadas para casa e que seria muito importante que a aluna frequentasse o reforço, pois poderia avançar mais rapidamente. A mãe disse que não valoriza os estudos porque sabe que o futuro das mulheres é casar, ter filhos e dedicar-se aos afazeres domésticos. Essa fala da mãe remonta a uma época em que no Brasil as meninas eram educadas em casa a, principalmente, aprender tarefas domésticas e não tinham direito à instrução escolar. Sobre a trajetória de exclusão e inserção da mulher na educação formal, é possível afirmar que
 - (A) no período colonial, as mulheres não podiam frequentar a educação formal e, aquelas que quisessem aprender a ler, iam aos conventos. O ensino passou a ser disponibilizado às mulheres no período do Império Brasileiro.
 - (B) o Brasil seguia os moldes de Portugal, e lá as mulheres não queriam trabalhar ou estudar, pois preferiam dedicar-se ao lar e à família.
 - (C) as mulheres começaram a ter acesso à Educação na esfera pública no Brasil somente no século XVIII. Antes, elas eram impossibilitadas de frequentar qualquer tipo de ensino formal.
 - (D) a escola para meninas foi aberta ainda no período colonial quando foi criada a Lei Magna.

3. Em 2010, primeiro ano de obrigatoriedade de oferta do Ensino Fundamental de 9 anos nas escolas brasileiras, Karen foi matricular seu filho, de 6 anos, em uma escola pública e quis compreender melhor o porquê dessa nova organização da Educação, quais as vantagens da antecipação do ingresso das crianças no Ensino Fundamental e como seria o currículo e a rotina escolar a partir da mudança. Pode-se afirmar que a coordenadora pedagógica, com base na legislação vigente, respondeu-lhe que
 - (A) a organização do Ensino Fundamental em 4 anos iniciais e 5 anos finais surgiu a partir da observação que os alunos estavam com rendimento insatisfatório nos anos finais do Ensino Fundamental, principalmente na área de matemática. Desse modo, em 5 anos, os alunos podem sanar suas

dificuldades, evitar a defasagem e aprofundar seus saberes, podendo ingressar no Ensino Médio com mais qualidade.

- (B) embora a matrícula na Educação Infantil seja obrigatória, não é foco dessa modalidade de ensino desenvolver atividades voltadas à alfabetização e, o ingresso antecipado dos alunos no Ensino Fundamental, garante que estejam alfabetizados até o final do 1º ano.
 - (C) a taxa de natalidade ampliou-se significativamente nos últimos anos e, assim, o número de crianças com 6 anos de idade, fase de interseção entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental, também cresceu. As escolas de Educação Infantil tinham uma demanda muito superior à esperada e por questões político-estruturais, a alternativa mais viável era favorecer o ingresso antecipado dos alunos no Ensino Fundamental.
 - (D) a antecipação do convívio dos alunos no Ensino Fundamental tem o objetivo de assegurar-lhes mais oportunidades de aprendizagem, com maior qualidade, já que muitas crianças estão fora da escola na Educação Infantil.
4. A coordenadora pedagógica de uma escola pública teve a interessante iniciativa de levar para a reunião semanal com os professores as vinte metas estabelecidas no projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para serem atingidas até 2020. A discussão serviu para notarem que algumas metas são audaciosas para o momento enquanto outras já são atingidas na escola. Com base nas metas e nas políticas públicas, é correto afirmar que na lista **não** está previsto para 2020
- (A) aumentar o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*.
 - (B) ampliar o investimento público em Educação (no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto Brasileiro – PIB).
 - (C) garantir, de acordo com lei específica, que todas as crianças sejam alfabetizadas até o final do 1º ano de escolarização.
 - (D) oferecer educação em tempo integral na metade das escolas públicas de educação básica.
5. A professora de Geografia dos 2^{os} anos do Ensino Médio realiza a avaliação dos alunos da seguinte forma: leciona de acordo com seu planejamento durante todo o trimestre e, ao final, aplica uma prova individual, sem consulta e com prazo previamente definido de execução. Ao observar a recorrência de notas baixas dos 2^{os} anos e o insucesso dos alunos, a coordenadora propôs que a professora diversificasse a avaliação e favorecesse o conhecimento dos alunos até em momentos avaliativos. Além disso, a coordenadora mencionou que a avaliação também serve de parâmetro para verificar o trabalho docente – que conteúdos precisam ser melhor desenvolvidos, o que os alunos compreenderam bem e o que precisa ser alterado na didática docente. Nesse sentido, sobre avaliação diagnóstica, formativa e classificatória, é correto afirmar que
- (A) a avaliação classificatória ou somativa não tem foco no resultado final.
 - (B) a avaliação formativa é aplicável apenas ao professor, o aluno não tem consciência de seu processo de aprendizagem, sobretudo quando se encontra nas séries iniciais do Ensino Fundamental.
 - (C) a avaliação formativa faz parte da cultura escolar, pois ao final do ano o aluno tem contato com sua nota obtida e a partir dela sabe se foi promovido para o ano seguinte ou não.
 - (D) a avaliação diagnóstica favorece a identificação dos conhecimentos prévios dos alunos e possibilita a reflexão do professor em relação às intervenções que devem ser feitas.
6. Na escola *Saber Partilhado*, cada professor, funcionário e membro da equipe gestora atua de modo cooperativo e em prol da Educação como um todo. As tarefas são definidas, mas não há o predomínio da hierarquização. Aqueles que têm maiores habilidades em determinadas situações, lideram; a liderança

não fica apenas concentrada na equipe gestora, todos assumem esse papel em algum momento. Refletindo sobre gestão democrática e trabalho em equipe, é correto afirmar que

- (A) o trabalho em equipe está pressuposto em qualquer atividade organizada na escola, por isso não é preciso reforçá-lo ou incentivá-lo.
 - (B) só é significativo o trabalho em equipe em algumas situações. Às vezes, algumas pessoas não gostam ou não trabalham bem em equipe, nesse caso, quem prefere trabalhar em equipe, pode fazê-lo e quem não gosta é melhor que não o faça para evitar desentendimentos ou conflitos.
 - (C) as discussões com o grupo de professores podem possibilitar trocas e reflexões interessantes e tornar o ambiente estimulante, contudo é preciso que cada um tenha suas responsabilidades e tarefas concretas e atue individualmente nas situações cotidianas.
 - (D) a equipe que age verdadeiramente junta ou colabora com o mesmo trabalho faz parte de um sistema coletivo e, para tal, renuncia voluntariamente parte de sua autonomia.
7. Ao final do ano letivo de 2011, todos os participantes da comunidade escolar, os professores, funcionários e a equipe gestora empenharam-se em avaliar o que foi produtivo ou eficaz durante o ano e o que precisa ser aperfeiçoado para o ano seguinte na escola *Viver e Aprender*. Embora essa escola seja muito elogiada pelos pais, devido ao ensino de qualidade, à organização e à limpeza, houve queixas no que se refere à comunicação com as famílias. Muitos pais desejam ter contato com os dados da aplicação de recursos, com os informes gerais, com o calendário escolar e com o IDEB da unidade. Assim, sugeriram que essas informações estivessem dispostas em um quadro visível a todos nos períodos de entrada e saída dos alunos. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.
- (A) As sugestões da comunidade escolar para o ano seguinte devem fazer parte do projeto pedagógico da escola e, sobretudo, devem ser colocadas em prática.
 - (B) O compromisso da escola com o processo educativo deve eliminar a progressão continuada e investir nos alunos com dificuldades. Essa é a base, nenhuma avaliação institucional pode trazer resultados melhores.
 - (C) Permitir que a família opine sobre a escola é conferir a leigos uma grande responsabilidade. Nem tudo o que é dito pela comunidade escolar deve ser levado em consideração.
 - (D) Avaliar a escola cabe somente aos especialistas em educação e, principalmente, àqueles que estão diariamente em contato com os problemas que envolvem o sistema educativo.
8. Um coordenador pedagógico diz que seu dia a dia compõe-se de resolver situações emergenciais, como problemas de relacionamento entre alunos, telefonar para as famílias cujos alunos aguardam na escola após o horário da saída e entregar materiais para os professores nas salas de aula. Na verdade, se houvesse a delegação de funções de uma forma mais efetiva na escola, poderiam ser priorizadas as atividades que realmente fazem parte da rotina do coordenador pedagógico, como
- (A) organizar e executar horários coletivos de trabalho pedagógico, investir em sua formação pessoal e atuar diretamente junto ao grupo de professores, observando práticas e planejamentos e qualificando o trabalho.
 - (B) ler comunicados referentes às atividades que envolvem professores e alunos e elaborar a rotina como uma estrutura estável.
 - (C) suprir a ausência de professores em sala de aula, discutir projetos desenvolvidos na escola e preparar-se pedagógica e conceitualmente para os horários coletivos de trabalho pedagógico.
 - (D) promover o desenvolvimento profissional dos professores, suprir a ausência deles em sala de aula e ler comunicados que envolvam os professores.

9. Um professor acaba de ingressar na escola *Caminhos do Aprender*, escola da rede pública de ensino, e solicita o Projeto Político-Pedagógico da escola ao coordenador pedagógico, a fim de conhecer um pouco mais sobre aquela unidade escolar. O coordenador diz não saber onde está o Projeto Pedagógico e que, provavelmente, deve estar na sala do diretor, por se tratar de um “documento burocrático”. Ao falar com o diretor, ele diz que não sabe exatamente onde o documento está, mas que, quando encontrar, deixará com Carlos para que leia. Diante das Leis que regem a Educação, pode-se afirmar que
- (A) o Projeto Político-Pedagógico é um documento ao qual os professores têm acesso, mas sua elaboração é realizada pela Equipe Gestora, de acordo com as orientações da Secretaria de Educação.
 - (B) o Projeto Político-Pedagógico é realizado no ano de inauguração da escola e, nos anos posteriores, segue-se sempre o mesmo documento.
 - (C) todos os integrantes da escola podem ter livre acesso às normas da escola, bem como ao planejamento, aos objetivos e aos Projetos Político-Pedagógicos, que mostram a identidade da escola. Além disso, os professores, a comunidade escolar e os conselhos escolares participam da elaboração da proposta pedagógica.
 - (D) o Projeto Político-Pedagógico é um documento burocrático que na prática tem pouca utilidade. Depois de elaborado pela equipe da escola e homologado pela Secretaria de Educação, deve ser arquivado até que alguém queira consultá-lo.
10. Uma professora não possuía a compatibilidade de horário legal para que pudesse exercer acúmulo de cargos públicos. Ela garantiu à diretora que teria tempo hábil para chegar à primeira aula, porém ao decorrer dos dias sistematicamente atrasava-se no início do período. Os demais professores, cientes da situação, reivindicaram o mesmo direito ou faziam acusação de favorecimento, tendo a diretora que responder por Processo Administrativo Disciplinar. Diante dessas circunstâncias, assinale a alternativa que **melhor** apresenta a atitude que a diretora deveria ter tomado a fim de evitar esse problema.
- (A) Abrir exceções para outros professores que também gostariam de acumular cargos públicos.
 - (B) Ter feito um registro escrito para que a professora se comprometesse a cumprir o horário como os demais professores.
 - (C) Não admitir a exceção devido à inconformidade legal.
 - (D) Conversar com os demais professores, explicar a situação e verificar se concordariam com o privilégio da professora antes de permiti-lo.
11. Fernanda tem 4 anos e frequenta a Educação Infantil. Embora não saiba ler as palavras, sabe ler o mundo muito bem, ou seja, tem um vasto conhecimento prévio para sua idade. Interessa-se principalmente pelos assuntos relacionados a animais e, para aprender cada vez mais, tem afinidade por assistir a programas televisivos informativos e ver ilustrações de livros sobre animais e pedir para que sua mãe leia trechos a ela. Muitos alunos sentem curiosidade em conhecer mais a alimentação, por que vivem na terra etc. Pensando em práticas pedagógicas voltadas para a faixa etária e para o conhecimento dos alunos, é correto afirmar que
- (A) é possível incluir essa temática no currículo, considerando todo conhecimento como uma rede de outros saberes e respaldando-se nos princípios de transversalidade.
 - (B) o mais adequado é elaborar uma sequência didática para desenvolver a temática, sobretudo, por poder ser realizada em um tempo mais reduzido – em torno de uma semana ou quinze dias – a fim de tornar-se uma atividade investigativa e, ao mesmo tempo, prática.
 - (C) o conteúdo do currículo pode ser variável, pois no momento do planejamento inicial já é determinado um espaço para que os alunos sugiram um tema a ser trabalhado.

- (D) nas perspectivas epistemológicas e metodológicas, esse trabalho não pode ser realizado dissociado de um projeto interdisciplinar, que envolva necessariamente todas as disciplinas curriculares.
12. Uma professora notou que em matemática sua turma de 5º ano estava com dificuldades de realizar situações-problema e solicitou a presença do coordenador pedagógico para que assistisse à sua aula e lhe ajudasse a identificar que estratégias didáticas poderiam ser adotadas para favorecer a aprendizagem dos alunos. Com respaldo em seus conhecimentos de didática da Matemática, após observar a aula, o coordenador provavelmente respondeu que
- (A) é preciso aumentar a quantidade de situações-problema para serem resolvidas pelos alunos, utilizando apenas uma operação por vez, ou seja, quinze problemas que envolvam multiplicação em uma mesma aula. Não é indicado que os alunos de 5º ano resolvam os problemas com estratégias pessoais, precisam estruturar as operações de modo convencional.
 - (B) a Matemática não deve utilizar situações-problema, deve usar exclusivamente jogos didáticos, de preferência propostos pelos alunos.
 - (C) antes de resolver situações-problema, os alunos precisam familiarizar-se com as operações aritméticas de modo isolado. Quando as compreenderem bem, podem aplicá-las. Se os alunos têm dificuldades, o professor deve retomar as operações e, quando aprenderem o mecanismo operativo, estarão preparados para o próximo passo.
 - (D) propor situações-problema é imprescindível em todos os níveis da escolaridade, porém a Matemática não deve se limitar a isso; é necessário que os alunos também possam experimentar criar problemas e propiciar a resolução dos problemas inventados por outros colegas.
13. A escola *Caminhos da Vida* é composta por uma grande variedade de alunos de diferentes etnias, advindos de todas as regiões brasileiras, além de outros provenientes de países distintos, principalmente Japão, Bolívia e Angola. Para atender à diversidade de culturas e conhecimentos, a escola adota um currículo voltado para a formação humana. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
- (A) Um currículo voltado para a formação humana considera os conhecimentos e vivências dos alunos, inclui a todos e sempre apresenta novos saberes, desdobrando as áreas tradicionais do currículo em tantas outras.
 - (B) Este tipo de currículo deve ser neutro e ingênuo para não transmitir ideologias por trás de sua organização.
 - (C) Um currículo voltado para a formação humana deve ser sempre baseado na preparação para a vida adulta, como propõe Bobbit.
 - (D) É um currículo que está relacionado com as práticas propostas pelo professor para todas as turmas, com conteúdos e objetivos estabelecidos previamente.
14. Bianca é uma aluna recém-ingressante no Ensino Fundamental, tem 6 anos e, segundo conversa da mãe com a coordenadora pedagógica, aprendeu a ler e a escrever aos 3 anos de idade. Surpresa com a afirmação, a coordenadora transmitiu a informação à professora, que conheceria os alunos e iniciaria atividades de sondagem na semana seguinte. Após a realização das atividades diagnósticas individuais, a professora verificou que Bianca sabia escrever seu nome completo e sabia algumas palavras de memória e as escrevia convencionalmente. Ao ditar palavras menos usuais, a aluna apresentava-se na hipótese silábica com valor sonoro. Conforme a professora e a coordenadora já imaginavam, é bastante incomum que uma criança aos 3 anos saiba ler e escrever convencionalmente, pois
- (A) aos 3 anos, as crianças ainda não estão em contato com formas escritas, veem apenas as figuras e quando observam livros fingem ler, mas não se atentam que neles há palavras.

- (B) com 3 anos de idade, a criança não tem a maturação orgânica necessária para ler e escrever convencionalmente, mesmo que estimulada pelo meio.
- (C) somente em idade mais avançada as crianças podem desenvolver qualquer hipótese de escrita, ou seja, com 3 anos de idade seria impossível Bianca estar na hipótese alfabética, pré-silábica ou qualquer outra.
- (D) o currículo da Educação Infantil estimula apenas o brincar, não está voltado para o contato com a escrita.
15. É início de ano letivo e a cada ano a coordenadora, junto com o grupo de professores que coordena, revê o currículo e a organização dos conteúdos e dos objetivos de acordo com o programa. Ao reestruturarem ou manterem itens no currículo escolar, a equipe escolar sempre discute que é necessário contemplar as funções centrais do desenvolvimento humano: simbólica, percepção, memória, atenção e imaginação. Sobre essas funções, assinale a alternativa correta.
- (A) Entre as diferentes formas de percepção, a percepção visual é a mais efetiva na aquisição do conhecimento, para todas as pessoas, conforme estudo realizado.
- (B) Todas as áreas do conhecimento são manifestações da função simbólica.
- (C) A aprendizagem que envolve a memória é somente aquela da concepção tradicional.
- (D) A reprodução tem apoio na memória enquanto a imaginação ou criação, não.
16. Luana nunca frequentou a escola e já está com 8 anos. Ao chegar a uma escola municipal da rede pública, a coordenadora percebeu que a aluna já apresentava alguns saberes, embora nunca os tenha aprendido formalmente. Os pais de Luana estudaram apenas nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental e não puderam auxiliá-la em sua alfabetização. A partir de conversa com a aluna e sondagem diagnóstica realizada sistematicamente, é correto afirmar que
- (A) Luana não sabe desenhar, pois esse tipo de atividade é aprendida na escola e a aluna não desenvolveu a coordenação motora fina.
- (B) a aluna não identifica e nomeia as cores, já que essa atividade deve ser ensinada na escola, nenhuma criança pode saber cores se nunca foi à escola.
- (C) Luana não sabe escrever matematicamente a operação de adição, pois esse tipo de atividade não é do domínio do desenvolvimento, precisa ser aprendido na escola.
- (D) Luana conhece Estados e capitais brasileiras, pois esse conhecimento é considerado parte do desenvolvimento da espécie humana.
17. Na escola *Futuro Cidadão*, os professores utilizam em todas as séries os livros enviados pelo PNLD para compor o currículo do modo em que estão organizados no sumário. Assim, na semana de planejamento, a coordenadora observou que os conteúdos programáticos de Ciências dos 2º e do 3º anos estavam muito semelhantes e propôs uma modificação, pois os alunos que estudaram no 2º ano e passaram para o 3º ano precisavam aprofundar seus saberes e não praticamente repeti-los de um ano para outro. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.
- (A) Os problemas de aprendizagem não têm relação com a organização do currículo, falta laudo médico que oriente a prática pedagógica.
- (B) A lógica estruturante do currículo não deve priorizar o aluno, e sim o conhecimento a ser ensinado.
- (C) Ao criar protótipos de alunos, é mais fácil ao professor estruturar o currículo adequadamente.
- (D) A prática educativa deve ser repensada e reorganizada de forma coletiva a fim de que o currículo reveja a identidade dos educadores e dos educandos. O que deve ser priorizado e que atividades devem ser propostas são reflexões importantes para a construção do currículo.

18. A coordenadora e os professores do 1º ano do Ensino Fundamental elaboraram uma aula de história sobre família. Para isso, selecionaram uma imagem em que há um casal e dois filhos, todos sorrindo. A coordenadora pedagógica agendou assistir à aula da professora, seguindo um cronograma regular de observação de aulas. Ao chegar à sala, viu todas as crianças dispostas em círculo, sentadas no chão, juntamente com a professora, que já iria iniciar a roda de conversa. Então, mostrou aos alunos a imagem e perguntou a eles como a família é formada. Em coro, os estudantes responderam que é composta de pai, mãe e filhos. A professora interveio questionando a importância da mãe e do pai para o lar e como os filhos precisam se comportar – serem prestativos, educados e não brigarem entre si. Finalizou-se a roda de conversa. Pensando na formação do currículo, a aula descrita

- (A) foi planejada adequadamente, porque os alunos de 1º ano são pequenos para compreender que a família pode ser formada de outros modos. Além disso, é importante para esta faixa etária saber que é preciso valorizar os pais e respeitá-los.
- (B) não foi planejada adequadamente, porque a professora não deixou que os alunos participassem mais. Cada um poderia falar como ajuda em casa ou como trata seus pais.
- (C) foi planejada adequadamente, porque os alunos estavam em círculo e não enfileirados, todos puderam ver a figura e apreender o saber que estava sendo transmitido.
- (D) não foi planejada adequadamente, porque a professora não considerou que muitos alunos vivem em famílias estruturadas de outro modo. A figura utilizada transmitiu uma visão restrita de família, a condução da aula foi moralista e desviou-se do assunto principal, inibindo a participação dos alunos.

19. Uma professora percebeu que sua turma de 1º ano do Ensino Médio estava apresentando muitas dificuldades em relação às irregularidades ortográficas S, SS e Ç. Isso somente foi notado a partir de levantamento e tabulação dos erros cometidos pelos alunos em suas produções textuais durante todo o trimestre. Assim, a professora, embora não tivesse previsto desenvolver esse conteúdo no planejamento anual, elaborou uma sequência didática para desenvolver o conteúdo apontado, a fim de contribuir para amenizar a presença de erros nos textos dos alunos. O coordenador pedagógico considerou a ação da professora bastante pertinente no que se refere ao currículo repensado a partir de avaliação e solicitou que ela compartilhasse na reunião de trabalho com os professores sua vivência relatada. Acerca desse assunto, é correto afirmar que

- (A) a avaliação feita pela professora na etapa descrita é somativa, pois agregou um novo saber àquele já desenvolvido, embora não estivesse previsto no currículo da série.
- (B) a avaliação feita pela professora é classificatória, pois verificar dados e tabulá-los mostra que alguns alunos sabem determinados conteúdos e outros alunos não sabem.
- (C) a avaliação feita pela professora é formativa, pois reorientou o processo a partir de uma necessidade real dos alunos.
- (D) a avaliação feita pela professora pode, na verdade, ser considerada falha, pois se desviou do programa inicial e, provavelmente, ao final do ano não serão cumpridos os objetivos essenciais, o que não foi notado pelo coordenador.

20. O grupo de professores da escola *Aprender* realiza provas para os alunos retirando atividades dos livros didáticos, enquanto os professores da *Saber é Viver* têm uma prática mais adequada. Assinale a alternativa que apresenta a ação que poderia ser considerada uma prática da escola *Saber é Viver*, considerando os pressupostos de avaliação na perspectiva atual de construção de conhecimento, avanço e reorganização curricular.

- (A) A elaboração de um instrumento com questões que sirvam especificamente à composição da avaliação àquela turma, juntamente com outros instrumentos avaliativos, também criados a este fim.

- (B) A elaboração de uma prova para que os alunos, em grupos, respondam as questões e dela seja extraída a nota final.
- (C) A utilização de um *portfólio* com provas feitas por todos os alunos, para que possam ser comparadas entre si pelo professor e classificá-los de acordo com suas potencialidades e defasagens.
- (D) A observação do processo de aprendizagem, sem a necessidade de registro ou sistematização pelo professor ou pelos alunos.
21. Uma professora, de cujas aulas são dinâmicas e envolventes, notou que muitos de seus alunos obtiveram notas baixas ao final do trimestre. As perguntas feitas em sua prova final eram descontextualizadas da realidade e desarticuladas das aulas. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta qual seria a melhor postura de avaliação desses alunos.
- (A) A professora poderia favorecer a interação grupal como forma única de avaliar, pois além de ser coerente com sua postura dinâmica em sala de aula, poderia auxiliar no processo cognitivo, ampliando as visões dos alunos.
- (B) A professora poderia utilizar diversas estratégias para avaliar os alunos, sem a necessidade de realizar registros para tal.
- (C) A professora poderia adotar o processo avaliativo mediador, considerando o desenvolvimento diário dos alunos, contemplando uma linha semelhante àquela trabalhada nas aulas e envolvendo na prova o processo do dia a dia.
- (D) A professora poderia propor uma autoavaliação e realizar atividades interdisciplinares conclusivas, pois durante o processo de realização de avaliações pelos alunos não há mais aprendizagem.
22. Uma professora atuante em uma escola pública constantemente faz consultas aos PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais e à Proposta Pedagógica da Rede para que possa desenvolver conteúdos específicos ao ano/ ciclo com que trabalha e promover avanços significativos junto aos alunos. Sobre os PCN, assinale a alternativa correta.
- (A) Os PCN foram criados para serem referencial de qualidade à educação, já que se respaldam em estudos que se propõem a padronizar o ensino e o conteúdo programático nas diferentes escolas brasileiras.
- (B) Os PCN retratam de forma específica o processo ensino-aprendizagem, o que torna o professor condicionado a agir de determinado modo.
- (C) Com a leitura e contínua consulta dos PCN, o professor pode valer-se de orientações didáticas. A falha está em não tratar de conteúdos, objetivos e estratégias, tarefas estas que ficam a encargo exclusivo do professor.
- (D) Os PCN são norteadores da ação pedagógica, são flexíveis e permitem adaptações, além de serem referencial de qualidade. Não são de uso obrigatório, apenas indicam caminhos que conduzem à aprendizagem significativa e ao direcionamento do trabalho em sala de aula nas diversas áreas do conhecimento, em uma perspectiva crítico-reflexiva.
23. Cristina é mãe de Rodrigo e, antes de matriculá-lo na *Escola Saber e Crescer*, resolveu conversar com a coordenadora pedagógica para conhecer um pouco mais sobre o projeto pedagógico da escola, compreender a organização do currículo, os espaços disponíveis na escola e a concepção de educação que norteia a prática dos profissionais que atuam na unidade. Por tratar-se de uma escola pública e Rodrigo ter 6 anos completos, a coordenadora ficou ciente de que a ele serão assegurados, obrigatoriamente, considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, direitos como

- (A) aperfeiçoamento da formação ética, do desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
 - (B) formação básica como cidadão, por meio da aquisição de conhecimentos e habilidades, desenvolvimento de valores e atitudes.
 - (C) ensino religioso, respeitando a diversidade religiosa do Brasil, como parte integrante da formação básica do cidadão.
 - (D) educação física como um componente curricular obrigatório no que diz respeito à oferta pela escola e à prática pelo aluno.
24. Uma professora trabalha em uma escola pública municipal há três anos e, no ano de 2012, foi atribuída a ela uma turma de 3º ano com 28 alunos, sendo que um deles, Caíque, apresenta Síndrome de *Down* e está incluso na rede regular. Após sondagem diagnóstica, a professora verificou que o aluno encontra-se na hipótese pré-silábica de escrita. Caíque foi transferido para essa escola no ano vigente e, já que também é o primeiro ano em que há um educando com necessidades especiais em sua turma, a professora informou-se com o coordenador pedagógico sobre como proceder com o aluno quanto a intervenções e atendimentos para que possa desenvolver-se pedagogicamente. Acerca desse assunto, é possível afirmar que o coordenador, com base na Lei de Diretrizes e Bases (art. 58 a 60 – cap. V), mencionou à professora que
- (A) será necessário realizar adaptação curricular ao aluno e promover um atendimento educacional especializado a ele, a fim de atender às suas necessidades específicas.
 - (B) será preciso sempre propor a ele as mesmas atividades que são oferecidas aos demais alunos da turma para que tenha acesso ao mesmo currículo, métodos, técnicas e recursos educativos.
 - (C) será preciso conversar com a família para que deixe o aluno em horário reduzido no ensino regular e o matricule em instituição privada sem fins lucrativos exclusiva à educação especial.
 - (D) será preciso substituí-la (referindo-se à professora) por outra professora, com especialização adequada em nível médio ou superior para assumir a sala como efetiva e também atender o aluno com mais qualidade.
25. Uma recém-ingressante na função de coordenadora pedagógica recebeu do Governo Federal um exemplar da Constituição da República Federativa do Brasil e dedicou-se a lê-lo, iniciando pelas Seções que tratam da Educação. Sobre o Capítulo III, Seção I – Da Educação, assinale a alternativa correta.
- (A) O Poder Público estabelece normas de funcionamento das escolas públicas, sendo que as escolas privadas são supervisionadas diretamente pelo MEC.
 - (B) Fortalecer todos os níveis e modalidades, dando prioridade para o ensino básico brasileiro é uma das finalidades da Educação.
 - (C) O Poder Público deve dispor de vagas suficientes para atender à demanda do Ensino Fundamental gratuito e obrigatório.
 - (D) A distribuição dos recursos públicos priorizará as necessidades do Ensino Fundamental e do Ensino Superior.
26. Caroline tem 9 anos, vivia no Maranhão e mudou-se para São Paulo recentemente. Estudou o correspondente ao 2º ano do Ensino Fundamental I do ensino de 9 anos (turma em que os educando têm 7 anos). Ao observar o histórico escolar da aluna, a coordenadora pedagógica notou que ela deveria ser matriculada no 3º ano, porém haverá uma defasagem entre idade e série. No histórico, é possível verificar que a aluna não ficou retida em nenhuma série, porém em contato com a família, a coordenadora ficou ciente de que apenas a mãe morava com a menina e não pode levá-la à escola durante um ano inteiro.

Assim, Caroline cursou apenas o 1º e o 2º anos. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta o procedimento que pode ser adotado neste caso.

- (A) Matricular a aluna no 3º ano do Ensino Fundamental, a fim de acompanhar o histórico escolar.
- (B) Efetivar a matrícula da aluna normalmente no 3º ano e não deixá-la ausentar-se das aulas.
- (C) Avaliar os conhecimentos da aluna, de forma sistemática, e verificar (com o auxílio de reunião, em caráter especial, do Conselho) se condiz com os objetivos propostos para o 4º ano e, caso corresponda, deve-se proceder com a documentação de reclassificação da estudante para que possa cursar o 4.º ano.
- (D) Solicitar que a escola anterior da aluna realize nova avaliação e, se ela tiver conhecimentos próximos ao esperado para o 4º ano, realizar a devolução do histórico escolar, a fim de que providenciem a adequação do documento.

27. A coordenadora pedagógica da escola *Novo Mundo* está assessorando os professores no Projeto “Crianças como você: conhecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente” e, para isso, está promovendo uma formação sobre a temática nas reuniões semanais com o grupo. Nesses encontros, os itens do Estatuto não são apenas lidos, mas sim discutidos, contextualizados, apresentados por meio de textos complementares, vídeos, dinâmicas e outras formas de reflexão voltada ao assunto. Os professores comentaram que alguns alunos nesta escola têm a guarda de alguém da família, ou seja, há impedimentos legais para que a criança viva com o pai, com a mãe ou com ambos. Sobre isso, é correto afirmar que de acordo com o Estatuto vigente,

- (A) a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto quando a criança está sob tutela ou é adotada por estrangeiros.
- (B) quando a criança ou adolescente está sob guarda de terceiros, é terminantemente proibida a visita dos pais, sob pena de multa e prisão, em caso de reincidência.
- (C) é vedada a nomeação de tutor por meio de testamento.
- (D) a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

28. A coordenadora pedagógica em alguns momentos depara-se com situações delicadas no seu dia a dia profissional, em que sua atuação na escola, juntamente com a equipe gestora e com o grupo de professores e comunidade escolar não é suficiente, pois há casos mais difíceis de serem solucionados apenas no âmbito escolar. Assim, é preciso acionar o Conselho Tutelar. A respeito desse órgão e com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- (A) para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar, não é necessário morar no município, mas é preciso ser escolhido pela comunidade local e ser maior de 21 anos.
- (B) o Conselho Tutelar atende pais ou responsáveis e crianças e adolescentes e faz requisição de serviços apenas na área educacional.
- (C) uma das atribuições do Conselho Tutelar é requisitar certidão de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes, quando necessário.
- (D) não existe, necessariamente, um Conselho Tutelar por município. Em algumas regiões, há um único que atende mais do que uma cidade por se tratarem de pequenas localidades que não têm tanta demanda de atendimento.

29. Um aluno do 1º ano do Ensino Médio esteve presente em 155 dias dos 200 dias letivos, no entanto, ausentou-se em 60% das aulas de Língua Portuguesa. Sendo assim, é correto afirmar que este aluno
- (A) não poderá ser promovido para o ano seguinte, pois é necessário ter 80% de presença das horas letivas.
 - (B) não poderá ser promovido para o ano seguinte, pois para cada disciplina é necessário ter 75% de presença.
 - (C) só será promovido para o ano seguinte se tiver atingido as aprendizagens imprescindíveis, uma vez que tem um elevado número de faltas.
 - (D) poderá ser promovido para o ano seguinte, pois é necessário ter, ao menos, 75% das horas letivas (150 dias).
30. Na primeira reunião pedagógica, a equipe gestora de uma escola municipal de Campinas, por considerar a importância de sustentar a gestão democrática para o bom andamento dos trabalhos realizados na escola, conversou com o grupo de professores e funcionários em geral sobre a aplicação da verba recebida. Espontaneamente, cada um disse o que considerava que precisava melhorar na escola no tocante às questões físicas ou pedagógicas. De acordo com o Plano de Aplicação de Recursos, é possível afirmar que na lista dos produtos ou serviços a serem adquiridos, certamente, **não** faz parte
- (A) a construção de casinha de bonecas.
 - (B) o material de limpeza, que é considerado de consumo urgente e necessário.
 - (C) a compra de uniforme para o coral.
 - (D) o serviço de chaveiro centralizado na administração da Secretaria Municipal de Educação.
31. É dia de reunião para composição de Conselho de Escola de uma escola pública municipal de Campinas. Devem participar da constituição do Conselho alunos, pais, professores e funcionários da escola e, neste caso, também um representante da Associação de Moradores do Bairro. Sabendo-se que se trata de uma escola de Ensino Fundamental com 20 classes, assinale a alternativa que apresenta qual será a proporcionalidade de Conselheiros e professores que comporão o Conselho de Escola.
- (A) 19 Conselheiros e 40% de professores.
 - (B) 5 professores e 5 Conselheiros.
 - (C) O número é variável, depende da necessidade constatada pela equipe gestora da escola.
 - (D) 40% de professores e 1 Conselheiro.
32. Em uma escola municipal de Campinas, ocorrerá uma reunião extraordinária do Conselho de Escola para tratar de assuntos constantes em uma pauta previamente elaborada. Porém, a reunião acontecerá, excepcionalmente, sem os representantes dos alunos, uma vez que foi marcada às 9h, período em que os alunos estão em aula, devido à dificuldade de encontrar no calendário data mais conveniente, por tratar-se de novembro. Diante do exposto, é correto afirmar que
- (A) a situação descrita não é possível de ocorrer, pois as reuniões extraordinárias do Conselho não devem ocorrer jamais no período da manhã, devido à legislação vigente.
 - (B) a situação descrita é possível de ocorrer, pois as reuniões extraordinárias, quando marcadas com urgência, podem coincidir com o horário das aulas e, para estes casos excepcionais, os alunos não precisam participar.
 - (C) a situação descrita não é possível de ocorrer, pois os alunos como representantes do Conselho devem participar de todas as reuniões, inclusive as extraordinárias.

(D) a situação descrita é possível de ocorrer, pois, dependendo da reunião, se na pauta não há um assunto que compete aos alunos, eles são dispensados de participar.

33. Em uma das reuniões do Conselho Municipal de Educação de Campinas, decidiu-se alterar alguns itens na merenda de modo que a alimentação escolar pudesse ser mais saudável e que fosse proveniente da agricultura familiar. Propor critérios e modificações para o melhor andamento dos serviços educacionais faz parte das atribuições do Conselho Municipal de Educação. Além dessa, assinale a alternativa que apresenta quais são algumas das outras funções atribuídas a esse órgão.

(A) Redistribuir a verba recebida nos diversos setores da Educação, elaborar o Plano de Aplicação dos Recursos e auxiliar na escolha dos livros que serão adotados nas instituições.

(B) Assessorar as famílias que tenham dúvidas quanto à distribuição da verba destinada à Educação e solicitar bolsa-família para os alunos que se encontram em situação de risco.

(C) Providenciar a vinda de profissionais capacitados para atuarem diretamente nas escolas, gerenciar o trabalho pedagógico desenvolvido e reunir pais e alunos representantes do Conselho de Escola para firmarem parcerias e pensarem em medidas que elevem a qualidade das escolas.

(D) Subsidiar o Plano de Aplicação dos Recursos Públicos, opinar sobre assuntos educacionais e estudar, sugerir e deliberar juntamente com a Secretaria Municipal de Educação medidas que visam a expansão qualitativa do Ensino Municipal.

34. Na escola de Ensino Fundamental da Rede Pública de Campinas em que Júlia trabalha como coordenadora pedagógica, havia uma professora que não está mais na escola, pois foi readaptada para outra unidade escolar (de Educação Infantil) e está exercendo atividades na secretaria. De acordo com a Lei Municipal nº 6.894/91, os motivos que poderiam ter levado a professora a ser readaptada em outra função e escola são:

(A) incompetência no exercício da função, doenças que decorram tempo superior a 30 dias ou inadaptabilidade ao grupo de trabalho.

(B) rejeição de 20% ou mais dos pais da classe em que lecionava por meio de avaliação institucional ou irresponsabilidade com relação a prazos e cumprimento de horários.

(C) incompetência didático-pedagógica comprovada e irresponsabilidade profissional ou incapacidade para exercer a função, devido à existência de traumas psíquicos, doenças profissionais ou moléstias incuráveis.

(D) doenças infectocontagiosas com o profissional ou com familiares que residem junto com ele ou solicitação voluntária do funcionário para ser readaptado em outra função.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo, transcrito com pequenas alterações para esta avaliação, para responder às questões de 35 a 39. Trata-se de um ofício que pode ser encontrado no site oficial do MEC.

Ministério da Educação

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

Ofício nº 665/2009-MEC/SE/SAA

Brasília, 28 de abril de 2009

Aos Dirigentes de Recursos Humanos das IFE vinculadas ao Ministério da Educação

Assunto: Enquadramento no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, de servidores oriundos de IFE redistribuídos para a Advocacia Geral da União.

Cumprindo as determinações constantes do art. nº 329, § 1º, da Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, as Instituições Federais de Ensino que tiveram servidores redistribuídos para a Advocacia Geral da União deverão proceder ao enquadramento dos mesmos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE pela Comissão instituída nos termos do art. 19 da Lei nº 11.091/2005, que deverá ser reconstituída com essa finalidade específica.

O prazo máximo para o enquadramento será de 90 (noventa) dias contados da data de publicação da Lei nº 11.097/2009, ou seja, até o dia 02.05.2009, mediante posicionamento na Matriz Hierárquica e no nível de capacitação correspondente às certificações que os servidores possuem.

Para tanto, caberá à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor:

- 1 – certidão que comprove o tempo de serviço público federal do servidor;
- 2 – certificado(s) ou diploma(s) de educação formal em nível superior ao exigido para ingresso no cargo de que o servidor é titular, para fins de concessão do Incentivo à Qualificação;
- 3 – certificados de cursos de capacitação, para efeito de enquadramento no nível de capacitação correspondente;
- 4 – especificação do ambiente organizacional de atuação do servidor, de acordo com o Anexo II do Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006.

De posse desses dados, as Comissões promoverão o enquadramento dos servidores, considerando os parâmetros estabelecidos na Lei nº 11.091/2005, conforme aplicados originalmente para os demais servidores da IFE.

Uma vez publicado o ato de enquadramento, caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos necessários à sua implementação no sistema SIAPE.

Atenciosamente,

Prefeitura Municipal de Campinas – 3CP – Coordenador Pedagógico

35. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No fragmento: “de servidores **oriundos de** IFE redistribuídos para a Advocacia Geral da União.”, retirado do trecho referente ao “Assunto”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “lotados em”.
 - (B) No primeiro parágrafo, no trecho: “Cumprindo as determinações **constantes** do art. nº 329”, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “contínuas”.
 - (C) O trecho “as Instituições Federais de Ensino que tiveram servidores redistribuídos para a Advocacia Geral da União”, do primeiro parágrafo, permite inferir que nem todas as IFE tiveram servidores redistribuídos para a AGU.
 - (D) No trecho: “deverão **proceder ao** enquadramento dos mesmos”, do primeiro parágrafo, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo de sentido, por “provir de”.
36. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No primeiro parágrafo do texto, no trecho: “deverão proceder ao enquadramento **dos mesmos** no Plano de Carreira”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo de sentido, por “destes”.
 - (B) A última oração do primeiro parágrafo, “de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.”, pode ser reescrita da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “de que se trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.”.
 - (C) A primeira oração do segundo parágrafo do texto, “O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE”, pode ser reescrita da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Se promoverá o enquadramento dos servidores em cada IFE”.
 - (D) Na primeira oração do segundo parágrafo do texto, “O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE pela Comissão **instituída nos termos do art. 19**”, o autor deveria ter utilizado uma vírgula antes do trecho destacado.
37. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) Na última oração do segundo parágrafo: “que deverá ser reconstituída com **essa finalidade específica**.”, o trecho destacado refere-se ao enquadramento das IFE no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
 - (B) A recorrência do substantivo “enquadramento” nos três primeiros parágrafos permite afirmar que a repetição é recurso fundamental de coesão textual, com a finalidade de garantir a clareza do texto.

- (C) No trecho: “mediante posicionamento na Matriz Hierárquica e **no** nível de capacitação”, do terceiro parágrafo, o termo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “o”.
- (D) No trecho: “no nível de capacitação correspondente às certificações que os servidores **possuam**.”, do final do terceiro parágrafo, a forma verbal destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “possuem”.

38. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) No quarto parágrafo, no período: “**caberá** à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor”, a forma verbal destacada é transitiva direta e indireta.
- (B) No quarto parágrafo, no período: “caberá à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor”, as duas ocorrências do acento grave são facultativas.
- (C) No quarto parágrafo, no período: “caberá à AGU **encaminhar** à Instituição”, os complementos diretos da forma verbal destacada são os termos enumerados de 1 a 4 no texto.
- (D) No item 2, a expressão “em nível superior ao exigido” pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico por “a nível de ensino superior exigido”.

39. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao final dos itens de 1 a 3, as ocorrências do ponto e vírgula poderiam ser substituídas, sem que ocorresse erro gramatical, alteração de sentido ou prejuízo à coesão e à coerência do texto, por pontos finais, desde que fossem feitos os devidos ajustes nas letras minúsculas dos vocábulos que iniciam cada um dos itens.
- (B) O trecho “para fins de concessão do Incentivo à Qualificação”, retirado do item 2, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical, alteração de sentido ou prejuízo à coesão e à coerência do texto, da seguinte maneira: “para concessão do Incentivo à Qualificação”.
- (C) No trecho: “**Uma vez publicado o ato de enquadramento**, caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos”, do último parágrafo, o termo destacado tem valor causal, e pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “Uma vez que foi publicado o ato de enquadramento”.
- (D) No trecho: “caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos necessários **à** sua implementação no sistema SIAPE.”, do último parágrafo, é proibida a supressão do acento grave no termo destacado, devido à regência nominal e ao uso do artigo definido em expressão que contém pronome possessivo.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 40 a 44.

Os desmandos do ensino apostilado

Em 2005 e 2006, circularam notícias dando conta de que a última onda no ensino fundamental público, mormente o paulista (129 dos 645 municípios já aderiram), é a terceirização pedagógica, por meio da aquisição de “kits de ensino” oferecidos pelos sistemas privados. O pacote é composto por apostilas para alunos, treinamento para os professores e, sobretudo, promessa de maior controle dos resultados para os gestores.

Não se trata aqui de subscrever, mais uma vez, o atestado de impotência dos profissionais da educação pública ante o apelo implacável da privatização educacional (agora desde o interior das salas de aula), mas de moderar o afã em torno da prática do apostilamento.

Idealizado como corretivo tanto para a malemolência docente quanto para a dispersão discente, o ensino apostilado propõe-se a disciplinar e normatizar os usos e costumes de sala de aula, imprimindo-lhes um ritmo cadenciado, aligeirado, fabril, de modo que não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento, este cativo da interrogação (às vezes, da refração), jamais da reiteração compulsória.

A título de maximização dos percursos programáticos, a logística do ensino apostilado é a do estresse calculado, via compactação e compartimentalização dos informes conteudistas, cuja difusão se dá a toque de caixa, geralmente na forma de resumos, esquemas, sínteses. Envoltos pela aura clássica da memorização/reprodução, professores e alunos arremedam as informações enciclopédicas dispostas nas apostilas, embaralhando-se numa sucessão de ecos sem fim e sem propósito.

Nada mais avesso aos ditames pedagógicos contemporâneos, segundo os quais as relações com o saber, se significativas, deveriam portar um caráter edificante, jamais imitativo. Em outros termos, perplexidade e conflito mais do que esclarecimento e harmonização. Para tanto, ensinar poucas coisas para ensiná-las bem – eis o que até o mais ralo bom senso sabe de antemão. Por que, então, insistir no oposto?

Quanto à profissionalidade docente, o resultado é um só: a supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação. Seus, agora, executores enfileiram-se de acordo com um modelo homogêneo de conduta que deveria ser acatado sem pestanejar, sob pena de provarem o fardo do desvio e, no limite, do expurgo. Anuência imposta, os professores veem seu vigor e seu entusiasmo serem subtraídos ao máximo – sobretudo aqueles em início de carreira, portadores das feições ideais para a empreitada, estas já carcomidas entre os que têm mais tempo de estrada e são menos porosos às antigas novidades que o ensino apostilado decreta.

Hesitações discentes abafadas, dissonâncias docentes caladas, a autonomia de ambos eclipsada: eis o saldo ético-político do ensino apostilado, um dos símbolos magnos dos tempos neoconservadores que rondam as práticas pedagógicas anuais.

AQUINO, Julio Groppa. “Os desmandos do ensino apostilado”. In: **Instantâneos da escola contemporânea**. Campinas: Papirus, 2007.

40. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) O trecho “circularam notícias dando conta de que a última onda no ensino fundamental público, mormente o paulista”, do primeiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido: “circulou notícias dando conta que a última onda no ensino fundamental público, principalmente o paulista”.
 - (B) A expressão “terceirização pedagógica”, do primeiro parágrafo, abre uma cadeia de sentido de importância fundamental no texto – também expressa nos termos “privatização educacional”, do segundo parágrafo; “ritmo cadenciado, aligeirado, fabril”, do terceiro; “a toque de caixa”, do quarto; “esclarecimento e harmonização”, do quinto; “executores” e “empreitada”, do sexto; e “saldo”, do último.
 - (C) Segundo o ponto de vista defendido no texto, a preeminência do ensino apostilado sobre outros métodos de terceirização pedagógica, no âmbito da rede pública, que se aproveitou das conquistas do ensino privado, foi conquistada devido à clareza com que as apostilas para os alunos e o treinamento

para os professores permitiram que os gestores do ensino público aferissem e controlassem os resultados obtidos.

- (D) No trecho: “**Não se trata aqui de** subscrever, mais uma vez, o atestado de impotência dos profissionais da educação pública **ante** o apelo implacável”, do segundo parágrafo, os termos destacados podem ser substituídos, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “Não se deve aqui” e “frente a”.

41. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) No trecho: “Não se trata aqui de **subscrever**, mais uma vez, o atestado de impotência”, do segundo parágrafo, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “enjeitar”.
- (B) No trecho: “mas de moderar **o afã** em torno da prática do apostilamento.”, do segundo parágrafo, o trecho destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a displicência”.
- (C) No trecho: “o ensino apostilado propõe-se **a disciplinar e normatizar** os usos e costumes de sala de aula”, do terceiro parágrafo, o fragmento destacado pode ser reescrito, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a disciplinar e a normatizar”.
- (D) No fragmento: “imprimindo-**lhes** um ritmo cadenciado, aligeirado, fabril, de modo que não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento”, do terceiro parágrafo, o pronome destacado refere-se aos termos antecedentes “a malemolência docente” e “dispersão discente”.

42. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) No terceiro parágrafo, no trecho: “**de modo que** não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a fim de que”.
- (B) Segundo o ponto de vista defendido ao longo do texto, o motivo pelo qual o material apostilado é eficiente, no que diz respeito ao controle dos resultados, é a substituição dos trabalhos de natureza vaga e morosa pela habilidade da reiteração.
- (C) É possível a inferência de que as expressões “vago e moroso”, na perspectiva dos defensores do material apostilado, representam a ineficiência do sistema de ensino que prescinde da terceirização pedagógica, manifestada na expressão “kits de ensino” do sistema privado.
- (D) Segundo o ponto de vista defendido no texto, a ineficiência do material apostilado está baseada em trabalho vago e moroso, que se perde em interrogações e refrações desnecessárias, desviando-se da reiteração compulsória.

43. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) No quarto parágrafo, no trecho: “**Envoltos** pela aura clássica da memorização/reprodução, professores e alunos **arremedam** as informações enciclopédicas dispostas nas apostilas”, os termos destacados podem ser substituídos, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “Cercados” e “imitam caricaturalmente”.
- (B) Os termos “perplexidade e conflito” sumariam de forma concisa os “ditames pedagógicos contemporâneos”, do quinto parágrafo, também exemplificados pejorativamente, na perspectiva do

autor do texto, aos termos “compactação e compartimentalização dos informes conteudistas”, do quarto, que se embaralham “numa sucessão de ecos sem fim e sem propósito”.

- (C) Os termos “esclarecimento e harmonização” sumariam de forma concisa os “ditames pedagógicos contemporâneos”, do quinto parágrafo, também exemplificados pejorativamente, na perspectiva do autor do texto, à “supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação” do professor, explicada no sexto parágrafo.
- (D) Segundo o ponto de vista defendido pelo autor do texto, “ensinar poucas coisas para ensiná-las bem”, expressão extraída do quinto parágrafo, é frase característica do senso comum, ralo, expresso nos chamados “ditames pedagógicos contemporâneos”, de caráter imitativo. A insistência no oposto desses ditames corresponde ao modelo de “compactação e compartimentalização dos informes conteudistas” (expressão do quarto parágrafo).

44. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) No penúltimo parágrafo, no trecho: “**Anuência imposta**, os professores veem seu vigor e seu entusiasmo serem subtraídos ao máximo”, o termo destacado tem valor causal e pode ser substituído, sem erro gramatical ou alteração de sentido, por “Desabono imposto”.
- (B) Segundo as afirmações do penúltimo parágrafo, é possível afirmar que os professores que “têm mais tempo de estrada” são mais afeitos ao ensino apostilado e aos ditames pedagógicos contemporâneos.
- (C) É possível a inferência de que, para professores que fogem à “supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação” (expressão do penúltimo parágrafo), ocasionada pelos materiais apostilados, uma consequência possível é a demissão.
- (D) Os termos “antigas novidades”, retirado do penúltimo parágrafo e “neoconservadores”, retirado do último parágrafo, contêm antítese que pode ser considerada a síntese do ponto de vista do autor a respeito do material apostilado: ele encerra em si as máximas da interrogação e da refração, portadoras de caráter edificante.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o trecho abaixo para responder à questão 45.

Nascer é penetrar na condição humana. Entrar em uma história, a história singular de um sujeito, inscrita na história maior da espécie humana. Entrar em um conjunto de relações e interações com outros homens. Entrar em um mundo onde ocupa um lugar (inclusive, social) e onde será necessário exercer uma atividade.

Bernard Charlot. Adaptado.

45. Nascer significa ver-se submetido à obrigação de aprender para

- (A) desabrochar, tornar-se plenamente um sujeito. Mas não é possível falar de desabrochamento sem levar em consideração a realidade econômica, social e política. Ninguém desabrocha no abstrato, pois o desabrochamento pressupõe condições concretas e sociais de realização. A escola e o trabalho pedagógico por ela desenvolvido só podem ser compreendidos quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. A escola não é uma instância neutra que transmite uma forma de

conhecimento intrinsecamente superior e que avalia os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, é uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.

- (B) construir a consciência individual. A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios, sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento, que balizam a conduta do indivíduo em um grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.
- (C) formar consciência individual. Em cada indivíduo há dois seres inseparáveis, porém distintos. Um deles é individual. Tal porção do sujeito, o jovem bruto, é formada pelos estados mentais de cada pessoa. O desenvolvimento dessa metade do homem é a principal função da educação. Principalmente por meio da psicologia, entendida então como a ciência do indivíduo, os professores tentam construir nos estudantes os valores e a moral. O outro lado do indivíduo é algo formado por um sistema de ideias que exprimem, dentro das pessoas, a sociedade de que fazem parte. A educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta.
- (D) se constituir em um triplo processo: de hominização – tornar-se homem –; de singularização – tornar-se um exemplar único de homem –; de socialização – tornar-se membro de uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando um lugar nela. Nascer, aprender, é entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido, no qual se questiona “quem sou, quem é o mundo, quem são os outros”. Diante disto, na escola, é necessário ensinar com significado para mobilizar os alunos.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 46.

A educação para a humanização é, para todos nós que estamos trabalhando no campo da Educação Emancipatória, o princípio ético, a determinação política, a utopia estética e o horizonte institucional. Nesta direção, a humanização da educação e da escola é, ao mesmo tempo, processo e produto, nascido e conquistado num projeto de mútua determinação e radicais lutas de professores transformadores. Enquanto processo é ação diária, nas escolas, nas aulas, nas reuniões, no trabalho pedagógico, para fazer valer os princípios da igualdade, da convivência fraterna, da reciprocidade, da solidariedade ativa, para a promoção de um mundo mais justo e humano. Enquanto produto é o espaço novo da educação do homem ativo, que aprendeu a viver junto com seus semelhantes, na empreitada da formação e da produção social, da cultura à economia.

Cesar Nunes.

Educação: humanização e relações de poder. IN: Revista Apase/2005. Adaptado.

46. No campo da Filosofia e da Antropologia Filosófica, hominização e humanização significam, respectivamente,

- (A) a produção da condição humana, o fazer-se homem, seja como processo cultural e grupal, seja como sujeito e subjetividade/ desenvolvimento cultural da espécie e a ação do homem a partir de sua natureza e identidade, sobre a natureza, a sociedade, a civilização, o mundo externo; a humanização da educação e da escola passa pela construção de uma nova cultura, baseada em parâmetros éticos e estéticos emancipatórios. Educar para pensar e sentir.
- (B) elevar à altura do homem (uma doutrina), tornar-se mais humano, mais sociável, civilizar-se/ um conjunto complexo que proporcionou a evolução dos primatas ao homem. Educar, hoje, é transmitir os valores construídos pela sociedade humana.
- (C) tornar-se sensível e caridoso; compadecer-se/ o processo pelo qual os antropoides se tornaram homens; a fim de estudar o processo explicativo de tudo o que faz do homem um animal específico,

toma-se como ponto de partida o nascimento da humanidade ou a origem da cultura. Educar é inserir o homem na cultura humana.

- (D) enfatizar a ética e o relacionamento interpessoal; reconhecer o ser humano como foco principal e riqueza de uma sociedade/ a passagem de animal para homem; é necessária a ressignificação da prática pedagógica e dos conhecimentos elaborados e reelaborados na escola, uma vez que a ponte do investimento educacional é o pleno desenvolvimento humano, como determina a legislação.

47. Um supervisor de educação, atuando em um órgão regional da Secretaria Municipal de Educação, o qual estabelece que compete à supervisão orientar, acompanhar e analisar o processo de constituição anual do Conselho de Escola, ao analisar o anexo do Projeto Educacional que descreve a composição da Conselho de Escola, deparou-se com a seguinte descrição:

Conselho de Escola da Escola Municipal Brasil

Presidente: Diretor de Escola – membro nato

Trabalhadores da educação: 10 (dez).

Pais: 5 (cinco).

Alunos: 3 (três).

Total: 19 (dezenove), incluído o membro nato.

Diante da composição apresentada, o supervisor educacional, com base na Lei Orgânica do Município de Campinas de 30/03/1990, deve elaborar um parecer

- (A) pela homologação, sendo que a homologação é de competência do Dirigente Regional, por atender à legislação. A Lei determina que os Conselhos de escola sejam compostos por alunos, pais, trabalhadores da educação, sendo que os últimos sempre serão maioria, e que a presidência deste órgão colegiado é exercida pela Direção da Escola, como membro nato e com direito de voto de desempate.
- (B) que devolve o documento para a escola, solicitando a reelaboração do processo eletivo, em um prazo determinado, atendendo ao que determina a legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos de forma paritária por alunos, pais e trabalhadores em Educação, que elegerão a presidência.
- (C) que homologa o documento, pois atende à legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos por alunos, pais e trabalhadores em Educação, tendo como membro nato a gestão da unidade. Os segmentos que compõem o Conselho têm proporções desiguais em função da idade das crianças e da falta de competência técnica de alguns pais.
- (D) que devolve o documento para a escola, solicitando que reelabore o processo eletivo, em um prazo determinado, atendendo ao que determina a legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos de forma paritária por pais e trabalhadores em Educação, sendo que a presidência é exercida pela direção da escola, um membro nato.
48. Durante uma reunião, um supervisor educacional e um professor da rede municipal da cidade de Campinas conversavam sobre todos os propósitos do Sistema Municipal de Ensino, estabelecidos pela Lei nº 12.501/06. Desta forma, certamente os dois profissionais debateram sobre uma destas finalidades, que é
- (A) oferecer educação infantil, garantindo acesso e permanência gratuitos nas Unidades Educacionais de Educação Infantil às crianças de 3 meses até 7 anos, tendo como objetivo garantir os serviços de proteção à população mais vulnerável à exclusão social, suprindo a ação da família e da comunidade.

- (B) garantir padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.
 - (C) assegurar formação, produção e a pesquisa científica que possibilite o direito à aprendizagem, exclusivamente, a todos os educandos que completarem 7 anos.
 - (D) garantir a participação de docentes e discentes na formulação de políticas e diretrizes para a educação do município, e dos pais e demais segmentos ligados às questões da educação municipal apenas na gestão e controle social dos recursos financeiros e materiais do ensino público e privado, repassados pelo Poder Público.
49. Em fevereiro de 2012, representantes dos movimentos sociais do campo reuniram-se em audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para apresentação da última versão do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). O encontro foi uma iniciativa do gabinete e assessoria do ministro e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da diretoria de Políticas para Educação no Campo e Diversidade (DPECAD). Na ocasião, Aloizio Mercadante informou que ele e a Presidente Dilma pretendem fazer o lançamento do PRONACAMPO no mês de março. O ponto de partida deste evento é a percepção de que existe no Brasil, em processo de construção, um movimento nacional em torno da questão da Educação do Campo. Tal ato e política reconhecem
- (A) a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença.
 - (B) a visão urbanocêntrica, de raízes fincadas na ideologia desenvolvimentista de caráter urbano-industrial, como necessariamente hegemônica.
 - (C) o direito à igualdade e ao igualitarismo sem distinção do tipo campo-cidade e da produção da existência. A educação escolar é em si um processo universal e se não for desenvolvido do mesmo modo em todos os lugares e para todos, provoca desigualdade.
 - (D) a visão urbanocêntrica excludente do campo como a que embasa as políticas educacionais brasileiras.
50. Carreira é o percurso que um profissional percorre durante sua trajetória. Em Campinas, ela é definida pela Lei Municipal nº 12.987/07, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos do Magistério Público Municipal. Os professores que ocupam um cargo e fazem parte de um grupo (conjunto de cargos com atribuições semelhantes) dentro do quadro do Magistério Público podem evoluir dentro da sua carreira por meio da progressão vertical e da progressão horizontal. Os professores podem passar de um grau para outro mediante avaliação de desempenho, que tem a finalidade de aprimoramento dos métodos de gestão, valorização do servidor, melhoria da qualidade e eficiência do serviço público e para fins de Evolução Funcional. É consensual a consideração de que o desempenho profissional dos professores, como o de outros profissionais, deve ser sujeito a avaliações sistemáticas capazes de diagnosticar o estágio em que se encontram e, ao mesmo tempo, disponibilizar informação para orientar processos de desenvolvimento. Diante disso e do dispositivo legal, a avaliação de desempenho
- (A) é um ato momentâneo, que não envolve um processo de observação, descrição, análise, acompanhamento da atuação do funcionário e a interpretação de sua atividade profissional na tomada de decisões relativas ao servidor, de ordem formativa, administrativa, salarial, ou outras. Trata-se de uma avaliação quantitativa, classificatória. É um instrumento do planejamento público.
 - (B) permite afirmar que não há progressão automática entre professores. Como a sua aplicação enfrenta momentos difíceis, conflituosos e turbulentos, há a prevalência da opinião da gestão imediata, gerando uma diferenciação extremamente imobilizadora entre os professores. Independente das ações e da vontade do avaliador, o processo se transforma em um exercício de ansiedade, conflituosidade e em um campo de disputa técnica centrada na discussão sobre os meios, os instrumentos e sobre quem deve construí-los.

- (C) é uma política governamental que visa a maximizar o desempenho do servidor. É uma medida que afirma que o professor vale o que desempenha. No caso específico do professor na escola, tal como determina a legislação, a avaliação permite que ele descreva, interprete e reflita sobre a sua prática. Ou seja, trata-se de uma avaliação formativa no sentido pleno, capaz de sugerir planos de ação individual e/ou coletivo, susceptíveis de levar cada professor, no quadro do seu contexto de trabalho, ao máximo desempenho possível, e isso é sinônimo de melhoria contínua das aprendizagens dos alunos.
- (D) deve ser uma atividade de reflexão-ação sobre a distância entre o desejado e o executado, que, se bem conduzida, pode ser benéfica para o avaliado, o avaliador e a instituição. Para tal, é necessária a participação dos servidores na definição dos objetivos, das metas da instituição, dos planos de trabalho e de ação. Não se resume no momento da avaliação em si, envolve observação, registro, análise, interpretação e acompanhamento da atuação do servidor. Não é aceitável que a avaliação de desempenho seja feita sem acautelar questões éticas basilares.